



UMA PERSPECTIVA DIALÓGICA SOBRE NOTÍCIAS ONLINE: QUANDO INFORMAR É OPINAR

A DIALOGIC PERSPECTIVE ON ONLINE NEWS:
WHEN INFORMING IS BIASED

Laura Jorge Nogueira Cavalcanti¹

Programa de Pós-graduação em Letras - Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: No presente trabalho pretendemos investigar as notícias geradas nos jornais *online* Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Povo, e Gazeta do Povo e do portal iG a partir de um determinado evento – a adoção do livro didático *Por uma vida melhor* pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em maio de 2011 – à luz de uma concepção dialógica da linguagem, apoiando-nos nos conceitos trazidos por Bakhtin e Bakhtin/Voloshinov sobre a natureza dialógica da linguagem, sua essência valorativa e apreciativa e o que isso implica no funcionamento dos discursos na sociedade. O debate gerado na mídia jornalística em torno do evento propiciou a emergência de uma profusão de textos acerca do tema da educação e do ensino de línguas, que, veladamente, incitaram um debate político sobre as iniciativas do Governo Federal, através do MEC, na área educacional. Buscamos evidenciar como as notícias, textos que se apresentam como sendo objetivos e informativos, funcionam, na verdade, para estabelecer posicionamentos a respeito do tema debatido. Para tanto, investigaremos as inter-relações estabelecidas entre os diversos discursos que permeiam as notícias, explorando as formas de inserção destes discursos alheios e as escolhas lexicais para a retomada e reacentuação do evento em questão.

Palavras-chave: Notícias; Dialogismo; Discurso citado; Reacentuação.

Abstract: *Through this study, we intend to investigate the news pieces generated on Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Povo, Gazeta do Povo and iG online newspapers about a specific event: the adoption of the Por uma vida melhor portuguese language textbook by the Brazilian ministry of culture and education (MEC) for the Educação de Jovens e Adultos (EJA) program in May of 2011. We do so according to the dialogic conception of language, finding support on the concepts brought forth by Bakhtin and Bakhtin/Voloshinov about language's dialogic nature, its evaluative essence and what that implies for the functioning of discourse in society. The debate generated about the event in the journalistic media provided for the emergence of a profusion of texts on the subjects of education and language teaching, which, indirectly, prompted a political debate about the federal government's initiatives,*

¹ laura.jnc@gmail.com

through MEC, in the educational field. We have attempted to demonstrate how the news pieces, texts that present themselves as being objective and informative, in reality work towards establishing positions in relation to the topic in discussion. In order to do so, we investigate the interrelations established between the many discourses that permeate the news pieces, exploring the recourse to insertion of others' speech and lexical choices for the re-accentuating of the event in question.

Key-words: News; Dialogic theory; Cited discourse; Re-accentuating.

INTRODUÇÃO

A mídia jornalística vem, há algum tempo, dedicando bastante espaço ao tema da educação, muitas vezes no sentido de apontar falhas no sistema educacional brasileiro, exercendo seu pretendido papel de guardião da sociedade. Na segunda semana de maio de 2011, uma notícia irrompeu através de vários veículos e meios noticiosos: o então Ministério da Educação e Cultura (doravante MEC) haveria adotado um livro didático, através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que não só conteria erros gramaticais de português, como incentivaria os alunos a usar esses erros. O livro, adotado para o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tem o título de *Por uma vida melhor*, e um capítulo "Escrever é diferente de falar", de onde se retiraram os exemplos que incendiaram uma polêmica e propiciaram a geração de várias notícias no domínio jornalístico em geral, e nos jornais *online* especificamente. A notícia foi lançada ainda nos primeiros meses do mandato da presidente Dilma Rousseff, que daria continuidade às políticas do governo anterior, já alvo de duras críticas pela grande mídia.

O objetivo com o presente trabalho, porém, não é posicionar-se quanto ao material aprovado pelo MEC, ou entrar na discussão sobre como e por que ensinar a nossa língua materna; o que pretendemos é lançar mão das notícias (22 textos produzidos e veiculados pelos jornais *online* Estado de S. Paulo, Gazeta do Povo, Folha de S. Paulo, O Povo e pelo portal iG) a fim de examinar as relações que se estabelecem entre os textos nesta conjuntura.

Primeiramente, abordamos questões sobre concepção de linguagem, juntamente ao aporte teórico que guiará a análise: a concepção dialógica de linguagem postulada por Bakhtin (2002; 2003; 2010) e Bakhtin/Voloshinov (2006). Em seguida, procuramos caracterizar e analisar o gênero notícia dentro desse quadro teórico, apoiando-nos em Van Dijk (1988), Bonini (2001; 2009) e Cunha (2002; 2009). Finalmente, partiremos para uma análise das relações dialógicas entre os exemplares e presentes no interior dos mesmos. Para tanto, apoiamo-nos no exame das formas em que o discurso reportado é inserido nas notícias, e na retomada de certos termos e qualificações para o evento a fim de desvelar posicionamentos em textos pretensamente neutros.

1. UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE: A CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM

Pensar a linguagem como sendo dialógica traz várias implicações para os estudos linguístico-discursivos. A começar pelo próprio objeto de estudo que se expande da língua (enquanto sistema estável) para a linguagem, o discurso vivo, multifacetado e dinâmico. A língua, segundo a concepção dialógica, esboçada como uma teoria da linguagem, em livros como *Marxismo e filosofia da linguagem* (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006)², e em textos como “Os Gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2010), como um sistema semiótico abstrato, permite a realização de enunciados concretos – cerne da significação. O enunciado, por sua vez, é multifacetado, pois, além do sistema semiótico da língua, se apoia em outras formas de significar que escapam a esse escopo puramente linguístico. O “todo do enunciado” abarca tanto as estruturas linguísticas empregadas, quanto a entonação, o juízo de valor, a emoção, o gênero do discurso³ realizado, o propósito, o outro a quem se direciona o enunciado, a situação concreta imediata e a situação socio-histórica em que os falantes interagem. Por isso a principal tendência linguística da época não bastava aos olhos de Bakhtin/Voloshinov (2006, p. 106) para dar conta dos estudos de linguagem:

[...] todas as relações que ultrapassam os limites da enunciação monológica constituem um todo que é ignorado pela reflexão linguística (*sic*). Esta, na verdade, não ousa ir além dos elementos constitutivos da enunciação monológica. Seu alcance máximo é a frase complexa (o período).

Tanto para Bakhtin (2003) quanto para Bakhtin/Voloshinov (2006), uma “metalinguística” ou uma “translinguística” seria mais apropriada, pois poderia abarcar o “todo” do enunciado e não apenas os aspectos linguístico-estruturais do mesmo. Ainda mais tarde, Bakhtin (2010, p. 273) consideraria a abstração que se fazia nos estudos linguísticos “perfeitamente justificada, mas sob uma condição: a de ser nitidamente compreendida apenas como abstração e não ser apresentada como fenômeno pleno concreto e real”. Dessa forma, o autor não nega a necessidade de se debruçar sobre o sistema linguístico, mas postula que isso não seria o bastante para compreender o real funcionamento da linguagem.

O que normalmente ocorre em estudos da língua e da linguagem é justamente a tomada dessa abstração pelo todo que é a linguagem – o familiar estudo de frases soltas, de complexos oracionais sem contexto, de listas e classificações de palavras, etc. que não acrescentam em nada para a compreensão das relações de sentido que se estabelecem quando a linguagem é praticada. Para Bakhtin e Voloshinov, esse tipo de estudo ignorava, dentre outras coisas, uma parte essencial do processo de construção de sentidos – o outro, e sua resposta, sua “compreensão ativamente responsiva”. Fora de uma

² A problemática questão da autoria relacionada aos textos de ambos os autores escapa ao escopo deste trabalho. Portanto, aqui, simplesmente seguiremos as diretrizes dadas por Faraco (2009, p. 12) que respeitam “as autorias das edições originais e, por consequência, só reconhecem como da autoria do próprio Bakhtin os textos publicados sob seu nome ou encontrados em seus arquivos”, por considerarmos essa atitude a mais sensata.

³ Com Cunha (2002), optamos por utilizar a expressão *gênero do discurso* no lugar de *gênero textual*, por inscrevermos esse estudo na teoria dialógica da linguagem.

situação real de interação, sem o outro, não há signo, não há sentido, não há linguagem.

Todo falante direciona sua fala para alguém (seja esse interlocutor presente ou um interlocutor abstrato); portanto, todo enunciado está direcionado a outro enunciado (antecipando enunciados futuros e respondendo enunciados anteriores ao mesmo tempo em que se posiciona em relação a esses outros enunciados). Mesmo o texto aparentemente monológico (artigo de opinião, por exemplo) se realiza em resposta a algum outro texto (uma notícia, por exemplo)⁴. Mesmo o discurso interior privado acontece em diálogo com um outro (os discursos de nossos possíveis críticos, apoiadores etc.). Mesmo o romance, obra literária, responde a outras obras e até mesmo ao contexto socio-histórico (como as obras modernistas brasileiras, por exemplo) e suscita uma resposta (que pode ser tardia, não verbal, como uma mudança de atitude ou comportamento por parte do leitor) (BAKHTIN, 2010). De fato, segundo os autores, todo enunciado está inserido em um grande diálogo ininterrupto, ou, em outras palavras, em uma cadeia: “Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2010, p. 272).

Por isso, nenhum falante é o primeiro falante, e não pode falar sem o outro. Aquele que fala sempre é respondente, e aquele que ouve sempre é falante. Além disso, quando interagimos, não esperamos certas palavras ou formas linguísticas como resposta, mas “uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc.” (BAKHTIN, 2010, p. 272), ou, em outros termos, “[...] não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc.” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2006, p. 96). Enunciar, no sentido dialógico, não é apenas comunicar ou informar, mas agir através da linguagem, negociar sentidos, posicionar-se. As escolhas estruturais e lexicais que realizamos, portanto, ao enunciar, não são inocentes, mas direcionadas a apoiar um ou outro posicionamento – são escolhas axiológicas.

A linguagem, acima de tudo, se presta à construção, manutenção e transformação de relações de poder. Através do discurso (dinâmico e heterogêneo), nos posicionamos em relação ao mundo ao nosso redor, às pessoas nele, e assim nos constituímos a nós mesmos. Por isso se diz que dentro de uma concepção dialógica de linguagem, as palavras não apenas refletem o mundo, mas também o refratam. E nesse refratar, como seres sociais, nos inserimos em jogos de poder. Através da linguagem, dos posicionamentos que realizamos discursivamente, tentamos nos impor (aliando-nos por vezes a outros discursos, ou deslegitimando outros). É nesse quadro de jogo de poder que procuramos investigar as matérias publicadas nos sites de notícias sobre a adoção do livro didático *Por uma vida melhor*.

⁴ Ver Cunha (2002) a respeito das notícias e artigos e as formas de inscrição dialógica de cada gênero.

2 INICIANDO A ANÁLISE: A NOTÍCIA COMO UM GÊNERO DO DISCURSO

Antes de qualquer coisa, consideramos importante tentar esboçar uma caracterização do gênero que compõe o *corpus* deste trabalho – a notícia. Com Bakhtin (2010) temos uma noção bastante clara do que vem a ser os gêneros do discurso: tipos relativamente estáveis de enunciados recorrentes em certos campos de atividade humana. De forma que a notícia pode ser compreendida como um tipo (relativamente estável) de enunciado próprio do domínio jornalístico. Esse gênero, tão familiar e corriqueiro, pode ser caracterizado de várias formas, a depender do olhar que se lança sobre ele, mais ou menos crítico (como profissional do jornalismo, como analista do discurso, como leitor de jornais etc.). Além disso, Van Dijk (1988) aponta que o próprio termo “notícia” (*news*) tem várias acepções – pode referir-se ao texto em si, aos fatos noticiados ou até ao tipo de programa jornalístico noticioso (em inglês, o termo “*the news*” é usado para designar o programa jornalístico). Para nosso estudo, o termo notícia ora equivalerá ao gênero (uma abstração teórica), ora a um texto concreto coletado para a pesquisa.

A literatura da área de comunicação não provê uma definição clara para este gênero, como apontam Bonini (2009) e Cunha (2002). Vários critérios diferentes são utilizados para tentar defini-lo, o que invoca diferentes características. Porém, pode-se afirmar que a notícia prototípica procura responder quatro questões: O quê? Quem? Quando? Onde? Essas questões compõem o lide (parágrafo inicial da notícia) que caracteriza estruturalmente esse gênero, e procura preencher o critério (propósito) de informatividade. Esse critério é central para o conceito do gênero notícia e do próprio trabalho do jornalista. Os manuais de redação do Estado de S. Paulo e da Folha de S. Paulo direcionam seus jornalistas da seguinte forma: “Faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões”⁵ e, ainda, “O jornalista deve se abster de opinar ou emitir juízos de valor ao relatar um fato ou redigir uma notícia.”⁶. Em um estudo sobre o estilo jornalístico, Pretto (2009, p. 486) analisa 10 manuais produzidos entre 1960 e 2007 em que “Clareza, objetividade, concisão, exatidão são os termos que mais surgem na literatura para caracterizar o estilo jornalístico.”. Sendo assim, podemos concluir que o gênero notícia, pretensamente, deve ser objetivo e descritivo dos fatos relevantes que estão sendo relatados.

De acordo com Cunha (2002), outro critério diferenciador da notícia em relação aos demais gêneros jornalísticos (em especial o artigo de opinião), seria a forma de inserção de outros discursos no texto. Segundo a autora, os textos noticiosos incorporam outros textos (processo pelo qual se constrói o enunciado inserido na cadeia de enunciados) através de recursos linguísticos e tipográficos bem marcados, como, por exemplo, as citações diretas. Essa característica, segundo a pesquisadora, e também de acordo com Van Dijk (1988), ajuda a

⁵ Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/manualredacao/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm>. Acesso em: 10 nov. 2015.

conferir objetividade e factualidade ao texto noticioso, já que o jornalista está apenas relatando o que testemunhas e participantes diretos do evento têm a dizer sobre ele.

A visão do gênero notícia que adotamos, contudo, é diferente da comum definição, que o caracteriza como um texto factual, neutro ou desprovido de posicionamentos, e baseia-se na descrição crítica das notícias com que nos deparamos, não na prescrição (como os manuais de redação citados acima). Hoje já é bastante aceito o posicionamento de que as notícias apresentam versões dos fatos, construídas sobre fundações ideológicas mais ou menos evidentes, e que podem ser acessadas pelo léxico selecionado, pela forma com que as palavras de outros são representadas, dentre outros recursos (FAIRCLOUGH, 2001; VAN DIJK, 1988; 2010). Bonini (2011, p. 691, grifos do autor), afirma que:

Em uma *notícia*, por exemplo, a prática social, à primeira vista, é o *relato de um acontecimento recente*, envolvendo ações de textualização (como a organização em pirâmide invertida), de produção (como as de apuração do fato), e de compreensão (a exemplo da leitura da manchete e do lide como meio de se tomar a decisão sobre se se deve ler ou não o restante do texto). As práticas variam de acordo com o olhar que se lança sobre elas: em vez de *relato de um acontecimento recente*, uma notícia pode ser uma pressão sobre o governo, realizada por determinados grupos sociais.

À luz do que foi exposto a respeito do gênero notícia, lançamos um olhar crítico sobre os exemplares coletados para tentar evidenciar através da análise dialógica como as notícias não compõem “relato[s] de um acontecimento recente” pura e simplesmente, ao reforçar/reproduzir/retomar outros discursos sobre o mesmo evento.

Um último aspecto importante refere-se à fonte das notícias e como os textos-fonte são utilizados pelos jornalistas para construir suas redações. Nem todas as notícias são redigidas e publicadas por quem vivenciou/testemunhou diretamente o evento representado. A maior parte das vezes, as notícias são construídas a partir de notas que surgem em outros veículos jornalísticos (aqueles considerados de maior prestígio são, normalmente, os que ditam a agenda/pauta, mas nem sempre este vem a ser o caso), a partir de relises (informações geradas pelas assessorias de imprensa de um dos participantes do evento), dentre outras fontes (McCOMBS, 2009; VAN DIJK, 1988). Isso não quer dizer que as notícias serão fiéis em tudo às suas fontes, ou que são cópias dos textos das fontes (apesar de Van Dijk atestar que isso de fato ocorre e de ser o caso em alguns trechos das notícias do *corpus*). Mas, assim como normalmente jornais menores se inspiram em jornais mais prestigiados para selecionar suas pautas, os jornalistas tendem a adotar a visão hegemônica dos fatos/eventos da grande mídia. Esse alinhamento é passível de análise, por exemplo, no sentido de retomadas de termos e posicionamentos entre os vários textos produzidos, e de formas de inserção de discursos outros nas notícias.

2.1 A notícia: um texto, várias vozes

Assim como Bakhtin (2003) via o romance como uma obra polifônica por excelência, em que várias vozes imiscíveis e autônomas se faziam ouvir, uma notícia pode ser concebida como um texto essencialmente plurivocal, pois, é normalmente “constituída de fragmentos de discursos, de modo que se suprimíssemos as falas alheias não restaria quase nada” (CUNHA, 2002, p. 179). Esse recurso, segundo a autora, é típico do gênero notícia, pois ajuda a conferir veracidade ao relato (já que são os participantes envolvidos que falam, e não o jornalista). Ao mesmo tempo, o recurso à citação direta pode ajudar a estabelecer um posicionamento sustentado em outras vozes de autoridade e legitimidade. Independentemente da função exercida por esse recurso, de antemão pudemos atestar que as notícias coletadas em nosso *corpus* apresentam essa característica plurivocal, de várias citações diretas e indiretas (resumos de falas), de forma a corroborar sua identificação genérica e propiciar material para a análise do discurso citado dentro de uma perspectiva dialógica.

Do mesmo modo que o autor do romance orquestra as várias vozes de seus personagens e coloca em situações conflitantes suas vozes, o jornalista tem o potencial de fazê-lo na composição da notícia – dadas as devidas proporções (principalmente por que o jornalista está mais sujeito a constrangimentos sociais e profissionais do que o autor de um romance). Nesse orquestrar das várias falas, nas maneiras em que as falas são inseridas no texto, e as relações que se estabelecem entre as vozes dentro e fora do texto, é que se pode surpreender o trabalho ideológico por trás dos “fatos” relatados. Esse trabalho ideológico, por sua vez, é inerente a todo enunciado, justamente porque todo enunciado é marcado pela heterogeneidade discursiva, expressando sempre uma posição avaliativa. Assim, o postulado falacioso do texto noticioso como “neutro”, “objetivo”, “claro” ou “factual”, já é em si um posicionamento – “a própria retórica da neutralidade é também uma posição axiológica” (FARACO, 2009, p. 47).

Nas notícias analisadas, as falas dos “responsáveis” pela produção (uma das autoras, Heloísa Ramos, que serviu como porta-voz para os demais autores, e representantes da editora que publicou o livro) e distribuição do livro (o ministro da educação na época, Fernando Haddad, respondeu a críticas feitas ao MEC), e as falas daqueles que apoiavam as teorias por trás do conteúdo pedagógico (linguistas e professores) são sempre acompanhadas por expressões como “Segundo...”, “Para...”, “De acordo com...”, dentre outras. Vejamos um exemplo (grifo nosso):

A doutora em linguística e professora da Universidade de Brasília (UnB), Viviane Ramalho, vai além da opinião da autora do livro e defende que a linguagem popular seja ensinada abertamente nas escolas. ‘O ideal seria aprender todas as possibilidades diferentes até mesmo para respeitar o interlocutor que usa outra variedade linguística’, diz. Para ela, essa seria uma forma da escola se aproximar da realidade dos estudantes. (O POVO ONLINE, 13/05/2011).

Essas expressões evidenciam o distanciamento do jornal/jornalista com a fala proferida, deixando sempre em aberto, e para o questionamento do leitor, se aquela proposição seria legítima ou não. Já as falas dos críticos do livro didático em questão são introduzidas, geralmente, de forma mais direta, como se pode observar no trecho (grifo nosso):

Pasquale Cipro Neto, colunista da **Folha**, alerta para o risco de exageros. ‘Uma coisa é manifestar preconceito contra quem quer que seja por causa da expressão que ela usa. Mas isso não quer dizer que qualquer variedade da língua é adequada a qualquer situação. (FOLHA DE S. PAULO ONLINE, 14/05/2011).

Aqui, a fala do gramático é introduzida por um simples verbo “alerta”, e sua fala, dessa forma exposta, sem maiores explicações ou modalizações, é tomada como natural, como próxima da visão do jornal, evidenciando um alinhamento ideológico, até pela aceitação tácita da existência de um “risco de exageros”.

No corpo de algumas das notícias foi possível surpreendermos afirmações que tomavam outros pressupostos tacitamente, reiterando-os e dissimulando a força dessas ideias tomadas como naturais em meio a tantas falas colocadas aparentemente de forma “neutra”. Observemos o trecho (grifo nosso):

Apesar de defender que o livro continue sendo adotado, a autora admite que é preciso que o professores (*sic*) entendam a proposta para não desvirtuar o que ele propõe. *O material vai acompanhado de um livro guia do professor e os parâmetros curriculares do MEC explicam a abordagem variada da língua, mas como os livros são distribuídos para escolas de todo o país, é difícil ter esse controle.* (LEÃO, 2011).

Apesar de quase a totalidade do corpo dessa última notícia estar composta por falas de Heloísa Ramos (uma das autoras do livro), todas elas são introduzidas por expressões de distanciamento (afastando do campo legítimo da notícia os argumentos a favor do livro e sua adoção) e abertura a questionamento. A uma fala que está incorporada como sendo um fato dado, tácito, é o trecho grifado acima, em que a oração introduzida pela partícula “mas”, refuta o argumento (exposto em outras notícias sobre a “defesa” do ministro da educação) de que o livro deve ser levado em consideração em conjunto com outros materiais também cedidos pelo governo.

Quando reportamos a fala de alguém (o discurso citado), o fazemos de forma que nos posicionamos em relação a esse outro discurso. Ao mesmo tempo esperamos que nosso interlocutor compreenda nosso enunciado, no sentido de responder ativamente a ele, ou posicionar-se. Cunha (2008, p. 131) explica que o discurso citado é o “fenômeno dialógico por meio do qual os sujeitos desconstruem o discurso alheio e constroem o próprio para se posicionar em relação a um conteúdo ou temática, ao outro, a ele mesmo, ao seu próprio discurso.”. Nos textos estudados, vimos que as notícias se utilizaram dos discursos alheios para construir o seu próprio dizer e se posicionar em relação a esses outros enunciados e ao próprio tema. Dessa forma a mídia

jornalística preservou sua imagem de objetiva e neutra quando deu voz aos autores e editores do livro, aos professores, aos linguistas e ao ministro da educação. Porém, uma análise mais minuciosa de como ocorreu essa “abertura”, evidenciou que a forma em que foram incorporadas essas diversas vozes nos diferentes textos nada tinha de neutra ou objetiva – ora distanciava o discurso dos apoiadores do livro, ora aproximava o discurso hegemônico e crítico das ideologias representadas pelo material didático.

2.2 Retomadas e reacentuação

Bakhtin e Voloshinov sugeriram uma forma de ver as relações entre os discursos de modo que os enunciados (que concretizam os discursos) estariam imbricados indelevelmente numa cadeia ininterrupta de enunciações, respondendo e antecipando uns aos outros em um grande diálogo.

Aqui, postulamos que o diálogo (no sentido amplo dado pelos autores) entre as notícias se sustentou primariamente na retomada e reacentuação do evento noticiado, e não necessariamente dos textos em si que concretizam esses posicionamentos (não verificamos citações de textos noticiosos, por exemplo). Com Bakhtin (2002, p. 140), podemos alegar que “a formalização sintática do discurso alheio transmitido não se esgota absolutamente nos modelos gramaticais do discurso direto e indireto: os meios de introduzi-lo, formá-lo e de destacá-lo são um tanto variados.”. Nos exemplares examinados, o discurso alheio é inserido não apenas via citações, mas também na retomada tácita de caracterização do evento e dos participantes. Essa retomada e reacentuação, progressivamente, mudam o foco da polêmica do livro didático *Por uma vida melhor* para questões políticas. Podemos observar esse processo nos próprios títulos das notícias, nas formas em que se qualificava o livro *Por uma vida melhor* nos títulos, subtítulos e lides.

Segundo Van Dijk (1988, p. 142-143, tradução nossa) os títulos das notícias funcionam como monitores para a decisão de leitura de jornais impressos em que a “*interpretação do título pode levar à decisão de continuar ou parar de ler o restante da notícia.*”. Ainda segundo o autor, “*assim que o título é lido e interpretado, o sistema cognitivo [do leitor] está largamente preparado para (1) decidir continuar ou parar de ler e (2) a interpretação do restante do texto*”. Em outras palavras, a interpretação do título leva à elaboração e/ou resgate de uma estrutura proposicional (incluindo opiniões e atitudes sobre o evento e os participantes em questão) que será “testada” na leitura da notícia (normalmente, confirmando a macroproposição exposta no título). Além desses pontos, a importância do título foi corroborada por pesquisas em que se apontou que as pessoas tendem a recordar apenas a macroproposição das notícias (normalmente exposta no título, e detalhada no subtítulo e lide) (VAN DIJK, 1988).

Os títulos, subtítulos e lides das notícias analisadas, progressivamente, passam de um momento em que enfocam o aspecto da abordagem da variação linguística (ou do “ensino do erro”, como é colocado nos textos) à ênfase no fato de o livro *Por uma vida melhor* ter sido aprovado pelo MEC: (i) “Livro com ‘nós pega’” (LEÃO, 2011), (ii) “Livro ensina alunos a falar errado” (O POVO

ONLINE, 13/05/2011), (iii) “Livro distribuído pelo MEC defende errar concordância” (FOLHA DE S. PAULO ONLINE, 14/05/2011), (iv) “Livro polêmico” (MOURA, 2011), (v) “Livro do MEC” (COSTA, 2011)⁷. Dessa forma, tendo estabelecido nas primeiras notícias sobre o caso que o livro é faltoso, os jornais retomam esse fato como dado ao qualificar o livro como “polêmico”, ao atestar que o livro “ensina alunos a falar errado”, ou simplesmente ao não especificar sobre que livro se trata, deixando (ou esperando) que o leitor infira pela memória discursiva que se trata do livro didático (“com erros de concordância”) distribuído pelo MEC. À medida que novas notícias vão sendo veiculadas sobre o evento, o foco passa dos “erros” contidos no livro para o fato de o MEC tê-lo adotado através do Programa Nacional do Livro Didático (detalhe que é pouco enfatizado, por sinal). O MEC, por sua vez, passa a ser entendido metonimicamente como representação do governo federal, o que vem a permitir construções como “O livro *Por uma vida melhor*, distribuído pelo governo federal” (FOLHA DE S. PAULO ONLINE, 31/05/2011).

Segundo Cunha (2008, p. 135), “falamos com a palavra de outros em graus e formas as mais diversas, que vão da repetição à alusão, passando por todos os tipos de paráfrase e reelaboração da palavra, do ato de fala, do conteúdo, da entoação expressiva, etc.”. Por isso, o estudo do léxico e da retomada de termos e caracterizações perpassando vários enunciados (notícias) também pode revelar posicionamentos em conflito ou em associação, na maneira em que os termos são repetidos, aludidos, remetidos, reacentuados etc. A retomada tácita e recorrente da qualificação do livro como “livro que ensina alunos a falar errado” e, mais tarde, como “livro do MEC”, por grande parte das notícias, indica certo movimento para o enquadramento do evento e pode ser indicador de uma hegemonia do discurso jornalístico.

Por fim, é importante lembrar que nem sempre as relações dialógicas são conflitantes, como aponta Faraco (2009). Com Bakhtin, o autor explica que as formas mais óbvias e evidentes do dialogismo intrínseco da linguagem são o debate, a polêmica, o conflito entre vozes. Porém, o aspecto dialógico também se faz presente no alinhamento de posicionamentos, na “confiança na palavra do outro, a recepção reverencial [...] a concordância [...] fortalecimento por meio da fusão [...], a combinação de muitas vozes (um corredor de vozes)” (BAKHTIN *apud* FARACO, 2009, p. 68) são também exemplos de relações dialógicas. Na retomada da mesma caracterização crítica do livro e do MEC em vários dos exemplares, temos uma “concordância”, um “fortalecimento”, indicadores do alinhamento hegemônico da grande mídia jornalística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção dialógica da linguagem nos permite transcender o puramente linguístico e adentrar o discursivo, e dessa forma compreender como através da palavra se organizam, estruturam e se relacionam diferentes

grupos sociais. Afora a dimensão dialógica, as notícias analisadas poderiam ser vistas como simples repetições do mesmo texto/tema, acrescentando uma ou outra informação, sem maiores consequências para o desenrolar do debate. Levando em consideração que as notícias foram produzidas e veiculadas em resposta a uma contingência que gerou uma necessidade de posicionamento por parte de diferentes grupos sociais, ou seja, considerando que as notícias se inserem em um grande diálogo, temos um conjunto de enunciados que se apoiam, corroboram e reforçam um ao outro. Além disso, o posicionamento generalizado desse grupo hegemônico formado pelas notícias analisadas pôde ser flagrado na forma em que os discursos alheios foram citados ou reportados no corpo dos enunciados, um aspecto essencialmente dialógico da linguagem. Temos que uma perspectiva dialógica é essencial para o entendimento máximo dos textos que circularam sobre uma polêmica (aparentemente) educacional e (veladamente) política.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Problemas de la poética de Dostoievski**. Tradução de Tatiana Bubnova. 2 ed. México: FCE, 2003.

_____. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 279 - 287.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BONINI, Adair. O Conhecimento de jornalistas sobre gêneros textuais: um estudo introdutório. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, v. 2, n. 1, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0201/01.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

_____. The Distinction between news and reportage in the Brazilian journalistic context: a matter of degree. In: BAZERMAN, Charles; BONINI, Adair; FIGUEIREDO, Débora. **Genre in a changing world**. Colorado: The WAC Clearinghouse; Indiana: Parlor Press, 2009. p. 196-222.

_____. Mídia / suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 679-704, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbla/v11n3/05.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

COSTA, R. Senadores tucanos pedem medidas contra livro do MEC. **Estado de São Paulo Online**, 25 maio 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,senadores-tucanos-pedem-medidas-contra-livro-do-mec,724033,0.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

CUNHA, D. A. C. O Funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 166-179.

_____. Do Discurso citado à circulação dos discursos: a reformulação bakhtiniana de uma noção gramatical. **Revista Matraca**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 22, p. 129-144, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/matraca/matraca22/arqs/matraca22a07.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

_____. Circulação, reacentuação e memória no discurso da imprensa. **Revista Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 23-39, 2º sem. 2009.

ESTADÃO. **Manual de redação**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/manualredacao/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UnB, 2001.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

FOLHA DE S. PAULO. **Novo manual da redação**. 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm>. Acesso em: 10 nov. 2015.

FOLHA DE S. PAULO ONLINE. **Livro distribuído pelo MEC defende erro concordância**. 14 maio 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saber/915795-livro-distribuido-pelo-mec-defende-errar-concordancia.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. **Livro de alfabetização não prega erro gramatical, diz ministro**. 31 maio 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saber/923265-livro-de-alfabetizacao-nao-prega-erro-gramatical-diz-ministro.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

LEÃO, N. "Não somos irresponsáveis", diz autora de livro com "nós pega". **Portal iG**, 12 maio 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/nao+somos+irresponsaveis+diz+autora+de+livro+com+nos+pega/n1596948804100.html#>>. Acesso em: 10 out. 2015.

MCCOMBS, M. **A Teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOURA, R. M. Defensoria quer recolhimento de livro polêmico. **Estado de S. Paulo Online**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,defensoria-quer-recolhimento-de-livro-polemico,725990,0.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

O POVO ONLINE. **Livro ensina alunos a falar errado**. 13 maio 2011. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/brasil/2011/05/13/noticiasjornalbrasil,2242575/livro-ensina-alunos-a-falar-errado.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

PRETTO, J. R. O estilo jornalístico. **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 481-491, set.-dez. 2009. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N3_38.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2012.

VAN DIJK, T. A. **News as discourse**. Hillsdale, New Jersey: Erlbaum, 1988.